

POLÍTICA

Fundo contra pobreza ganha força a partir de críticas

Incidente com representante do FMI e resistência da oposição a texto aprovado em comissão do Senado dão impulso à proposta

Adriana Vilella, Jacques Schop e Luciano Somenzari*
de São Paulo

As discussões em torno da proposta de emenda constitucional (PEC) para a criação de um fundo de combate à pobreza acabaram tomando vulto inesperado na última semana. O representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no País, Lorenzo Perez, criticou a proposta e afirmou que o Brasil gasta mal os recursos para a área social. Logo teve de rever sua posição.

Para sair da situação delicada em que se colocou, o representante do FMI foi obrigado a publicar uma nota de retratação na qual admitiu não conhecer os detalhes da proposta. A forma como a mensagem assinada por Perez foi divulgada mostrou que o incidente levou aborrecimentos à sede do fundo, em Washington. Ainda que mínima, a nota só recebeu autorização para ser divulgada à opinião pública no Brasil após ser lida por integrantes

do "board" do fundo.

As declarações de Lorenzo Perez, pelo menos, serviram para unir parlamentares da base do governo e os opositores. Ainda na sexta-feira, o PT divulgou nota pedindo que Perez se retire do País. "Já que nosso governo, particularmente o senhor presidente da República, não o expulsa, em nome de nosso povo exigimos que o referido funcionário se retire de nosso território", afirmou o deputado federal José Dirceu (PT-SP).

O relator do projeto, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou estar aberto ao diálogo e admitiu negociar mudanças no texto

"Foi ousadia e uma interferência descabida em assuntos internos brasileiros", afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), um dos maiores incentivadores do fundo de combate à pobreza. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez coro. "O FMI que vá cuidar da vida dele, não tem de se intrometer na nossa política interna."

Com o mal-estar instalado, os críticos da proposta encontraram espaço

para atacar o texto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, principalmente no que se refere aos R\$ 4 bilhões por ano previstos para sua implementação, recurso considerado insuficiente. Diante da polêmica, o relator do projeto, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou estar aberto ao diálogo e admitiu negociar mudanças no texto. Ele lembrou ainda que os R\$ 4 bilhões são apenas a base para a constituição do fundo, que pode crescer com os rendimentos obtidos nas privatizações. "Não se pode dizer que o fundo por si só vai acabar com a pobreza no País, isso é uma falácia."

Este é, talvez, o único ponto em que Alcântara tem o apoio da senadora Heloisa Helena (PT-AL). "Sabemos que não é possível acabar com a pobreza com um fundo, mas este projeto é muito ruim. Virou uma propaganda enganosa do Congresso", disse. A parlamentar afirmou que o valor disponibilizado resultará em R\$ 4/mês para cada um dos 78 milhões de pobres do País (dado do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas -IPEA), além de deixar todo o controle do dinheiro

nas mãos do governo federal — o projeto original previa a criação de conselho gestor ligado à comunidade.

A PEC que cria o fundo será discutida em plenário e está aberta à apresentação de emendas. Pedro Simon havia apresentado uma na CCJ e foi derrotado por um voto, mas pretende reapresentá-la no plenário.

A emenda do parlamentar gaúcho prevê recursos da ordem de R\$ 10 bilhões. O dinheiro sairia da Desvinculação de Receitas da União (DRU), emenda constitucional aprovada mês passado na Câmara que desvincula 20% dos recursos orçamentários (cerca de R\$ 40 bilhões) para o governo aplicar onde quiser.

De acordo com o senador petista Eduardo Suplicy (SP), o maior problema da proposta aprovada na CCJ está na falta de clareza em relação à distribuição dos recursos previstos no fundo. "É muito importante que os critérios de distribuição estejam definidos para que não haja desvios", disse. "Vou tentar convencer os senadores a rever esse ponto, que na verdade é a alma da proposta", afirmou Suplicy.

Mas a tropa governista promete

defender o projeto aprovado na CCJ. Para Edson Lobão (PFL-MA), a oposição começou a achar defeito na proposta só porque era de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). "No começo eles aplaudiram a idéia porque achavam que era fogo de palha, mas a proposta está indo bem e perceberam que a coisa é para valer". Lobão não considera pouco os R\$ 4 bilhões e, assim como o relator Lúcio Alcântara, frisa que esse montante poderá aumentar. Ele citou o exemplo da CPMF que começou arrecadando R\$ 2 bilhões e hoje está em R\$ 10 bilhões. "Se for pouco, vamos arrumar uma maneira de aumentar os recursos", completou o senador Lobão.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) também não viu problemas no projeto. Para ele, a maior vitória — que exigiu uma visita de Antonio Carlos Magalhães a Pedro Malan — foi a confirmação dos recursos e não seu

valor. "A preocupação era assegurar o dinheiro e isso foi feito."

Para evitar que a semana de recesso no Senado esfrie a discussão, os parlamentares ligados ao projeto original começam a se movimentar.

Hoje, uma reunião entre Antonio Carlos Magalhães com os senadores opositores definirá os pontos do projeto que devem ser negociados

"Se for pouco, vamos arrumar uma maneira de aumentar os recursos", diz Edson Lobão ao rebater críticas da oposição

antes do encaminhamento para a votação do plenário. O líder pefelista quer tentar evitar que a proposta sofra obstáculos e atraso na tramitação.

Além da exigência de Suplicy para a definição dos critérios de divisão dos recursos, a oposição deve bater forte para a mudança do artigo 88 da PEC. Pela na nova redação, após a extinção do fundo seus recursos serão destinados ao abatimento da dívida da União. "Desvirtua completamente a idéia".

(* Colaborou Patrícia Oliveira, do *InvestNews*)